

Construção de uma política pública de educação a distância no Brasil: do global ao local

Construction of a public policy of distance education in Brazil: from global to local

● Lidiane Bittencourt Barroso¹,
Nirvan Hofstadler Peixoto²,
Elaine Lucia Jurack³,
Mariglei Severo Maraschin⁴

RESUMO

A Educação a Distância é uma política educacional que aplica a ferramenta tecnológica à aprendizagem. No Brasil, as experiências iniciais do ensino a distância, possivelmente não tenham sido registradas em razão de que se toma conhecimento desta modalidade de ensino em meados do século XX. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é destacar algumas instituições e acontecimentos notórios para a consolidação da atual oferta de educação profissional tecnológica a distância a fim de verificar como esta política se configurou em uma realidade educacional. Para a realização do estudo, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, possibilitando um resgate histórico do ensino a distância no Brasil e, em um segundo momento, buscou-se informações por meio de pesquisa documental, a respeito do processo de formação do Núcleo de Educação a Distância do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Os cursos a distância estão desenvolvendo e alavancando a educação no Brasil. A evolução de novas tecnologias da informação possibilitou sem discriminação o acesso à internet a grande número de cidadãos. Os cursos a distância aliam praticidade, flexibilidade e qualidade, proporcionando melhorias no desenvolvimento pessoal, profissional, além de viabilizar o acesso a todos os níveis de educação.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Políticas Públicas. Colégio Técnico Industrial. Ensino a Distância.

1 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria | lidianebarroso@gmail.com

2 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria | nirvan.peixoto@gmail.com

3 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria | elaineluj@yahoo.com.br

4 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria | mariglei@ctism.ufsm.br

Construção de uma política pública de educação a distância no Brasil: do global ao local

Construction of a public policy of distance education in Brazil: from global to local

ABSTRACT

Distance Education is an educational policy that applies the technological tool to learning. In Brazil, the initial experiences in distance teaching may have not been recorded since the first data known are from the mid twentieth century. The purpose of this article is to give prominence to some events and institutions that have become historical landmarks for the consolidation of the current offer of professional and technological education at distance and to verify how this policy has become an educational reality. To carry out the study, a bibliographical research was used, enabling a historical rescue of distance education in Brazil, and in a second moment it was searched through documentary research information on how the Distance Education Nucleus of Santa Maria's Industrial Technical College was structured. Distance learning courses are developing and leveraging education in Brazil. The evolution of new information technologies has made non-discriminatory access to the internet available to large numbers of citizens. The distance courses combine practicality, flexibility and quality, improving personal and professional development, as well as providing access to all levels of education.

Keywords: Professional and Technological Education. Industrial Technical College. Distance Learning.

1 Introdução

Na última década, houve grande expansão das políticas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e por consequência houve também expansão na Educação a Distância (EaD). Esta acompanhou a evolução dos meios de comunicação de massa que caracterizam-se por alcançar ao mesmo tempo um grande número de receptores, partindo de um único emissor.

A EaD aplica novas ferramentas tecnológicas à aprendizagem e, por isso, propicia flexibilidade de espaços e tempos promovendo acesso a um grande número de pessoas de conhecimentos e formação profissional. Inicialmente, a EaD foi efetivada através de cartas e correspondências, posteriormente destacaram-se as experiências por meio do rádio, da televisão e mídias eletrônicas e, atualmente, envolve a interatividade da Internet.

As experiências iniciais do ensino a distância no Brasil possivelmente não tenham sido registradas em razão de que se toma conhecimento desta modalidade de ensino em meados do século XX. Toma-se conhecimento do início da EaD, em 1923, pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A rádio brasileira oferecia cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia, evidenciando, portanto, a fase do rádio na educação a distância no Brasil.

Os cursos na modalidade a distância registrados por correspondência tornaram-se populares a partir de 1940, nesse período destacam-se o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro ambos localizados em São Paulo. Em 1970, o projeto Minerva realiza a transmissões de dados por um programa radiofônico em cadeia nacional.

Em relação a televisão, começaram, a partir de 1960, as primeiras experiências de telecursos; destaque para o ano de 1978, no lançamento do Telecurso de 2º Grau, mantido pela Fundação Roberto Marinho. Em 1990, as instituições de ensino passam a utilizar, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, a internet para publicar conteúdos e promover interação.

Nesse sentido, cabe salientar a importância do ensino a distância para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dado que não está preparando o indivíduo apenas para realização de tarefas e sim, para construir uma sociedade mais justa, menos desigual e excludente. No começo, a EaD estava focada em cursos preparatórios para o trabalho, destinada a população marginalizada. No entanto, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, os cursos a distância alcançaram um maior número de indivíduos, permitindo-lhes conciliar seus estudos com a jornada de trabalho, sem necessidade de locomoção a outros centros educacionais, democratizando o acesso à educação em todos os níveis.

O Código Brasileiro de Comunicações (Decreto-Lei nº. 236/1967) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 5.692/1971) são as primeiras políticas públicas voltadas ao ensino a distância no país. Segundo Velasques (1999) políticas públicas são o conjunto de iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas. E Manfredi (2002, p. 32) afirma que:

O sistema de educação escolar de uma sociedade, como ocorre com as demais instituições sociais – a Igreja, a família, o Estado, as empresas, os sindicatos-, é historicamente datado e situado. É, portanto, produto de um complexo movimento de construção/reconstrução, determinado por fatores de ordem econômico-social e político-cultural, que definem o contexto em que atuam os diferentes protagonistas sociais, com interesses diferenciados.

O aumento populacional aliado às crescentes demandas do mundo do trabalho por acesso à educação, tornam a EaD um importante instrumento de oportunidades educacionais. Logo, permite aos indivíduos crescimento pessoal e profissional, porque possibilita a conclusão de cursos de capacitação, técnicos e de graduação nesta modalidade educacional. Além disso, é viável para

que os estudantes-trabalhadores conciliem a jornada de trabalho com as atividades acadêmicas, compensando os atrasos educativos.

Em 1996, foi aprovada a Lei Federal nº. 9.394/1996 que estabelece, entre outras diretrizes, que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. A regulamentação deste artigo 80 e o conceito de EaD no Brasil somente é definido oficialmente no Decreto nº. 5.622/2005:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Dessa forma, os conceitos de EaD mantêm em comum a separação física entre o professor e o aluno, no entanto, há necessidade das tecnologias para mediar a comunicação e o processo de ensino e aprendizagem. A evolução deste conceito se dá no que se refere aos processos de comunicação, pois ampliam-se as possibilidades tecnológicas para efetivar a interação entre os pares para aprendizagem (FARIA; SALVADORI, 2010).

Para fomentar o ensino e compensar os atrasos educativos provocados pelo modelo capitalista de desenvolvimento foram criados novos programas de governo, principalmente para os indivíduos que não têm acesso às instituições educacionais na modalidade presencial. Nessa perspectiva, mediante a Lei Federal nº. 12.513/2011 foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de EPT. Dentre as iniciativas que integram as ações do PRONATEC destaca-se a Rede e-Tec Brasil, que oferece cursos técnicos e de qualificação gratuitos na modalidade a distância. É instituída a Rede e-Tec Brasil oficialmente pelo Decreto nº. 7.589/2011:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

O objetivo proposto da primeira parte deste artigo é enumerar alguns acontecimentos e instituições que tornaram-se marcos históricos para a consolidação da atual Rede e-Tec Brasil, organizando esta trajetória em quatro fases dialéticas: correspondência, rádio, televisão e redes de computadores. Na segunda parte deste artigo apresenta-se um levantamento básico de como a política de educação a distância se configurou na prática, no contexto do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), instituição sede do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPGEPT), o qual foi proposto o presente estudo. Além disso, a instituição conta com o Núcleo de Educação a Distância (NEaD).

A concepção aqui apresentada está diretamente relacionada às atividades de aprendizagem realizadas pelos autores, como requisito na disciplina Políticas Educacionais para a EPT, do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do CTISM. A pós-graduação *stricto sensu* visa dar continuidade à formação científica de profissionais graduados em nível superior provenientes de diversas áreas do conhecimento, capacitando-os para a docência e pesquisa na área da EPT. A seguir, passa-se a destacar dois pontos das políticas de educação a distância: o primeiro no que diz respeito a evolução histórica e legal da EaD no Brasil e, o segundo, busca-se compreender como políticas se estabelecem numa realidade de ensino - o CTISM.

2 Metodologia

O texto foi construído a partir do estudo bibliográfico, com referenciais que versam sobre marcos históricos da EaD, buscando conexões importantes sobre a trajetória do ensino a distância até a consolidação da atual Rede e-Tec Brasil. Parte-se das legislações e materiais disponibilizados na internet, incluindo figuras que expressam a historicidade dos cursos a distância. Feito isso, busca-se fatos históricos que caracterizaram a construção desta política educacional no CTISM, por meio de uma pesquisa documental, organizados a partir das experiências e vivências dos pesquisadores.

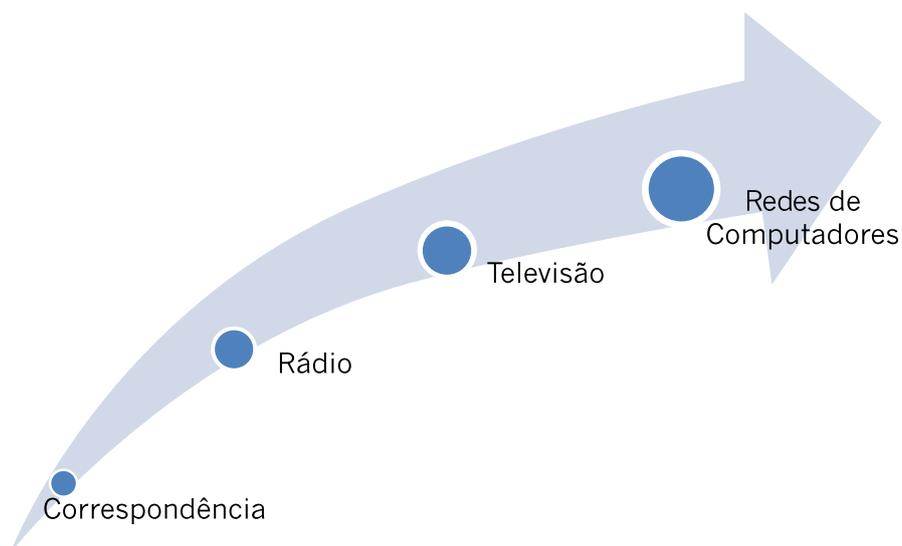
O resgate histórico não teve o intuito de obter números como resultados nem discutir as questões de inclusão (ou exclusão) digital, mas insights que possam trazer subsídios sobre a política educacional tanto a nível global como local, propondo um movimento dialético sobre a historicidade da educação a distância.

3 A evolução da EaD no Brasil

Desde o surgimento da EaD, observou-se diferentes fases referentes ao tipo de tecnologia utilizada para a efetivação do ensino a distância. Na primeira fase as interações eram via correspondências entre professor e estudante; na segunda fase tem-se a expansão para o rádio. Na terceira fase as instruções são disponibilizadas em fitas de vídeo; esta expansão é marcada pela televisão. Na quarta fase as redes de computadores ampliam as possibilidades de aprendizagem; caracterizada pelo uso da internet. Esta fase incentivou que fossem realizadas ações ou firmados convênios pelas secretarias de educação, faculdades e universidades, além de parcerias entre os poderes federal, estadual e municipal com diversas instituições de ensino.

A partir de autores como CARVALHO, 2009; VILAÇA, 2010; ALVES, 2011; UOL EDUCAÇÃO, 2016; optou-se por organizar alguns acontecimentos que marcaram a história da Educação a Distância no país através retrospectiva dentro das quatro fases¹, descritas anteriormente e sistematizadas na Figura 1.

Figura 1 – Fases da Educação a Distância.



Fonte: elaborada pelos autores.

1 As fases devem ser entendidas como dialéticas, não como fases fechadas, estanques

Na primeira fase - o Jornal do Brasil em 1904 registra, na seção de classificados, um anúncio que oferece curso por correspondência para datilógrafo, o que pode-se verificar como o primeiro registro de curso a distância.

Na segunda fase, tem-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que oferecia cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia; tal ação marca o início da EaD pelo Rádio Brasileiro. Na imagem seguinte, tem-se a Criação em 1939 do Instituto Monitor em São Paulo, o primeiro Instituto no Brasil a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência. Na Figura 2 pode-se visualizar algumas imagens de carta e anúncios das décadas 1940 e 1950.

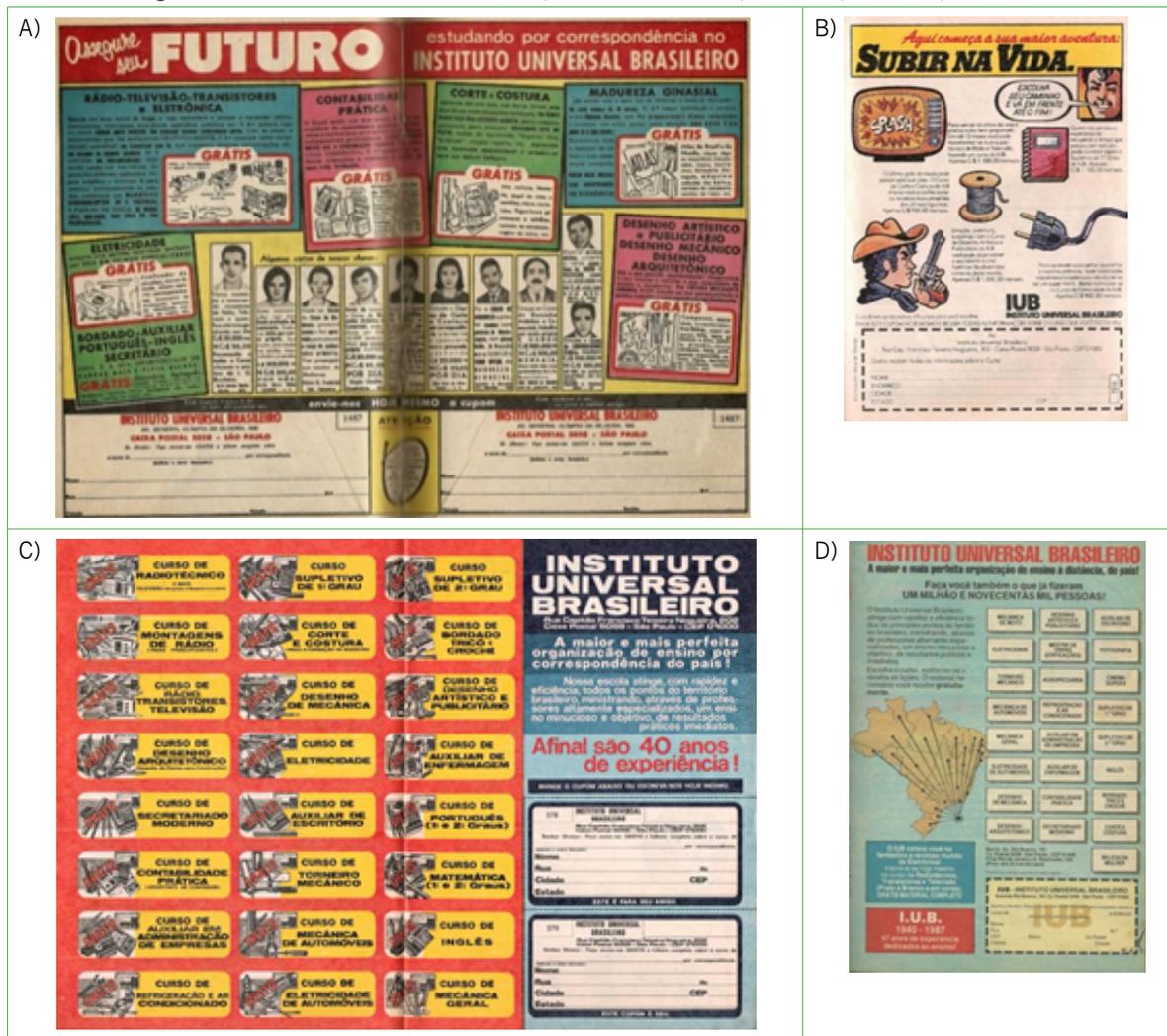
Figura 2 – Instituto Monitor: a) carta e anúncios; b) 1942; c) 1950; d) 1958.



Fonte: UOL EDUCAÇÃO (2016).

Em 1941, surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo Instituto Brasileiro a oferecer cursos profissionalizantes a distância por correspondência. Na Figura 3, vê-se alguns anúncios das décadas de 1960 e 1980.

Figura 3 – Instituto Universal Brasileiro, anúncio: a) 1967; b) 1981; c) 1980; d) 1987.



Fonte: elaborada pelos autores.

Ainda na fase da rádio, em 1947, surge a Universidade do Ar – UNAR, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas. O objetivo era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Dessa forma, os alunos estudavam com apostilas e corrigiam atividades com o auxílio dos monitores de aprendizagem, tal experiência durou até 1961. As aulas da UNAR eram transmitidas, todas as noites, pela rádio e as provas eram realizadas em uma escola de contabilidade da cidade. Para ter-se uma ideia da importância da EaD via rádio, o total de alunos da UNAR correspondia a 42,6% das matrículas efetivadas pelo SENAC São Paulo desde sua fundação.

Nesta trajetória de construção de uma política de EaD, em 1969 houve uma estagnação de iniciativas artísticas e educacionais, gerando um desmonte do ensino a distância via rádio, tal fato foi um dos principais fatores da diminuição acentuada do Brasil no ranking internacional.

A partir de 1960, configurou-se a terceira fase da EaD veiculadas na televisão brasileira. Para tanto, criou-se, em 1967, Código Brasileiro de Telecomunicações pelo Decreto-Lei nº. 236/1967, que determinava a transmissão de programas educativos pelas emissoras de rádio e TV educativas. Em 1965, teve início os trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.

De 1966 a 1974 registram-se a instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, em 1967, foi criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão.

Nesse panorama, em 1970, surge o Projeto Minerva, criado pelo Ministério da Educação, cuja meta era a educação e a inclusão social de adultos. Era transmitido por rádio em cadeia nacional. O projeto foi mantido até o início da década de 1980. A Figura 4 representa um fascículo do curso supletivo.

Figura 4 – Projeto Minerva, fascículo



Fonte: Projeto Minerva (2016).

Em 1971, nasce a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e, no ano seguinte, 1972, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), que fortaleceu o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred). Em 1973, o Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau (II Fase), envolvendo o MEC, Prontel, Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor) e secretarias estaduais de Educação.

Em 1974, o Instituto Padre Reus acompanhou a evolução do ensino a distância, buscando oferecer, em cada época, as opções mais adequadas e acessíveis para beneficiar os seus alunos (Figura 5).

Figura 5 – Instituto Padre Reus, anúncios 2016.



Fonte: elaborada pelos autores.

Ainda em 1974, começa na TV Ceará, os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores de aprendizagem. Na sequência, em 1976, foi criado o Sistema Nacional de Teleducação com cursos através de material instrucional. Em 1978, estreou o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta e pela Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos. O objetivo era preparar o telealuno para os exames supletivos.

De 1979 a 1983 foi implantada, em caráter experimental, a pós-graduação Tutorial a Distância (Posgrad) pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes). O curso era administrado pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT) e seu principal objetivo capacitar docentes universitários do interior do país. Registra-se, portanto, o primeiro passo para a formação de professores via EaD.

Em 1995, estreou o programa Telecurso 2000, mantido pela Fundação Roberto Marinho e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, buscando atingir a parcela da população que não havia completado o ensino fundamental ou o médio. É importante salientar a criação do Telecurso 2000 Profissionalizante objetivando atender outra parcela da população.

Ainda em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), sociedade científica sem fins lucrativos, religioso ou político-partidário, não tendo caráter sindical, classista ou governamental, tem sua missão voltada para o desenvolvimento da educação aberta, flexível e a distância.

Desse forma, com a expansão da internet, na década de 1990, a maior parte das Instituições de Ensino mobilizaram-se para a EaD com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação, surgindo em 1996 a primeira legislação específica para educação a distância no ensino superior (Lei Federal nº. 9.394/1996).

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi lançada pelo Governo Federal em 2006 e o sistema da Rede e-Tec Brasil pelo MEC em 2007, oportunizando a Educação Profissional técnica a distância. Em 2011, a UAB passa a oferecer os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância.

Em 2011, o Governo Federal apresentou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de EPT no país (presencial e a distância). Desse modo, a educação a distância foi uma das grandes metas e passou a ser organizada por meio deste programa.

Ao longo deste resgate histórico e legal pode-se observar que os cursos na modalidade a distância sempre fizeram parte do processo educacional no país, seja por meio de correspondência, rádio, televisão ou computador. Além disso, a evolução de novas tecnologias da informação possibilitou sem discriminação, o acesso à internet para um número significativo de cidadãos.

Os cursos na modalidade a distância aliam praticidade, flexibilidade e qualidade, proporcionando melhorias no desenvolvimento pessoal, profissional, além de viabilizar o acesso em todos os níveis de educação, de acordo com os acontecimentos descritos neste resgate histórico: ensino fundamental, médio até a pós-graduação.

Compreende-se que, com advento das novas tecnologias, os sujeitos têm participado mais efetivamente das práticas sociais que a emergem, no entanto, a tecnologia ainda é muito cara e inacessível para a maioria da população, sendo necessária uma ação governamental para que o aparato tecnológico seja implementado e torne-se acessível à população, fazendo com que a realidade virtual deixe de ser objeto de estudo somente dos grandes centros de pesquisa, passando a ser utilizada também, por usuários comuns que estão cada vez mais entusiasmados com a possibilidade de acesso à internet, quer seja em suas residências, escolas ou outros centros (CARVALHO, 2006). Sendo assim, após destacar os principais fatos históricos que marcaram as diferentes fases da EaD passou-se a olhar uma realidade local buscando conhecer como esta política se organizou na prática.

4 A EaD na política e na prática local: O Núcleo de Educação a Distância do CTISM

Com intuito de compreender como a política de educação a distância se configurou no contexto de estudo, passou-se a compreender como surgiu e funciona o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), através de uma pesquisa documental (GIL, 2002), junto ao e-Tec do CTISM. Em seguida, tendo acesso aos documentos, organizou-se em categorias apresentadas na sequência: i) surgimento; ii) composição; iii) ações e, iv) os primeiros cursos. Não compete ao escopo deste artigo, explicitar a relação quantitativa de vagas versus alunos ingressantes e concluintes nos polos de ensino a distância, deixando uma janela para um novo estudo quantitativo.

Em 2007, por meio de um edital, o Ministério da Educação (MEC) criou cursos profissionalizantes a distância pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que pertence ao sistema Rede e-Tec Brasil. A partir disso, o NEaD do CTISM, atua no desenvolvimento de cursos profissionalizantes pós-médio e Formação Inicial e Continuada (FIC), da rede de instituições federais de EPT, nas modalidades presencial e a distância. A educação a distância é uma política pública educacional com recursos de programas governamentais. Dessa forma, os profissionais envolvidos nos cursos são custeados por bolsas do MEC.

A composição do NEaD conta com um Coordenador Geral do e-Tec da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e é formado por uma equipe multidisciplinar qualificada que auxilia na preparação do material didático, assim como de professores (formadores, autores e revisores) e tutores presenciais e a distância. Além disso, o NEaD também conta com um estúdio de TV que viabiliza a produção de vídeo aulas; todos estes equipamentos foram obtidos por meio de editais.

A grande importância do NEaD está nas ações de acompanhamento, desenvolvimento e validação de materiais didáticos para os cursos técnicos a distância do CTISM, Colégio Politécnico (Santa Maria/RS), Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (Frederico Westphalen/RS) da UFSM, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (Pelotas/RS), Instituto Federal de Pernambuco (Recife/PE), Instituto Federal Minas Gerais (Ouro Preto/MG), Instituto Federal do Ceará (Juazeiro do Norte/CE), Instituto Federal de Goiás (Inhumas/GO) e Instituto Federal do Pará (Belém/PA). A produção dos materiais didáticos inclui a criação de objetos de aprendizagem multimídia, como infográficos, vídeos e áudios que apoiam os ambientes de ensino e aprendizagem dos cursos oferecidos pela Rede e-Tec Brasil.

É importante destacar também que o NEaD realiza pesquisas com outros centros, como o Núcleo de Pesquisa e Produção de Conteúdo para Plataformas Digitais do curso de Desenho Industrial da UFSM e o Grupo de Pesquisa Científica em Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O marco inicial da participação do CTISM nessa modalidade de ensino com o curso de Automação Industrial. A sua primeira edição foi no primeiro semestre de 2009 e no segundo semestre de 2012 o curso de Segurança do Trabalho também passa a ser ofertado pelo CTISM.

Em 2014, o CTISM, o Colégio Politécnico e o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW) ofereciam vagas para 11 cursos técnicos (pós-médio), em 22 polos do Rio Grande do Sul. A Figura 6 expressa as diferentes cidades que os cursos abrangem. As vagas são distribuídas entre os cursos de Automação Industrial, Informática para Internet, Mecânica, e Segurança no Trabalho no CTISM; Cooperativismo, Fruticultura e Manutenção e Suporte em Informática no Colégio Politécnico; e Agroindústria e Informática para a Internet no Colégio Agrícola de Frederico Westphalen. Outro ponto a ser salientado é que o CTISM também oferece vagas para os cursos FIC em Espanhol e Inglês da Rede e-Tec Idiomas Sem Fronteiras. Reforçando a contribuição do NEaD do CTISM, a nível regional e nacional, para a expansão e oferta de opções de relevante qualificação profissional na EPT.

Figura 6 – Abrangência dos cursos na modalidade a distância do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.



Fonte: elaborada pelos autores.

5 Considerações finais

Neste artigo enumeram-se alguns acontecimentos que tornaram-se marcos históricos para a consolidação da educação a distância. A modalidade de ensino a distância, como política pública educacional foi se modificando ao longo das décadas com o intuito de qualificar profissionalmente o maior número de jovens e adultos, com atualizações tecnológicas e pedagógicas, resultando na EaD como é conhecida e praticada até hoje. Após a publicação da Lei de diretrizes e Bases – LDB em 1996 (Lei Federal nº. 9.394/1996), o número de instituições de ensino públicas e privadas que oferecem o ensino a distância cresceu significativamente no Brasil. Isso mostra que a EaD está quebrando barreiras e se firmando como modalidade educacional com ampla abrangência e complementa o modelo presencial. Pode ser considerada a modalidade de educação mais democrática, pois emprega métodos didático-pedagógicos que utilizam as tecnologias de informação e comunicação para facilitar o ensino-aprendizagem. O estudante nessa modalidade de ensino possui grande autonomia para estudar e assistir as aulas conforme o tempo disponível, gerenciando o próprio aprendizado.

Segundo Kuenzer (2003), as mudanças ocorridas nos processos sociais e produtivos em decorrência da microeletrônica, fez com que a competência passe a ser compreendida, em contraposição a um saber de natureza psicofísica com foco na ocupação, predominantemente tácito e, portanto, desvinculado do conhecimento científico propiciado pela escolaridade, como: a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida.

As experiências do Núcleo de Educação a Distância do CTISM mostram uma expertise na oferta de cursos, bem como de produção de materiais possibilitando a qualificação na EPT, não só para a comunidade de Santa Maria e região, mas também para todo o país. O CTISM é conceituado na oferta de EaD, sendo referência para implantação em outras instituições. Além disso, o NEaD dispõe de professores (formadores, autores e revisores) e tutores presenciais e a distância para a criação de materiais didáticos e objetos de aprendizagem multimídia de apoio aos ambientes de ensino.

Para a construção de uma política pública de educação a distância no Brasil, que atenda aos anseios da maioria da população, são necessários esforços conjuntos do poder público e do privado para expandir, interiorizar e democratizar a oferta desses cursos, em todos os níveis de ensino. O acesso à EaD facilita aos indivíduos conciliar seu trabalho, sua vida pessoal com a liberdade de escolha do melhor horário para as suas atividades de aprendizagem.

Nesse sentido, evidencia-se a importância de acompanhar essa política tanto a nível global como local para mapear as experiências significativas, as dificuldades e os desafios de uma política pública de educação mediada por tecnologias. Sendo assim, ratifica-se a necessidade de olhar para a historicidade dessas políticas, bem como para a prática que está sendo construída e os diferentes atores que constroem e vivenciam esta modalidade de ensino.

Referências

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm Acesso em: 11 jul. 2016.

____. Lei Federal nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 11 jul. 2016.

____. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html Acesso em: 11 jul. 2016.

____. Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm Acesso em: 07 jul. 2016.

____. Decreto nº. 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm Acesso em:

____. Lei Federal nº. 12.513, 26 outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.html Acesso em: 11 jul. 2016.

CARVALHO, A. B. A Educação a Distância e a Democratização do Conhecimento. In. (Org.) **Educação a Distância**. 22 ed. Campina Grande: UEPB, 2006, v. 1, p. 47-58.

____. **A educação a distância e a formação de professores na perspectiva dos estudos culturais**. 2009. 99 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 8, n.1, janeiro/junho 2010. Disponível em: <http://santacruz.br/v4/download/revista-academica/14/08-educacao-a-distancia-e-seu-movimento-historico-no-brasil.pdf> Acesso em: 07 jul. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, A. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 17-27, jan./abr. 2003.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Org.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003.

PROJETO MINERVA. **Em busca de fascículos**. Disponível em: <http://projetominerva.blogspot.com.br/> Acesso em: 13 jul. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UOL EDUCAÇÃO. **Cursos por correspondência** – anúncios das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/album/2012/04/16/cursos-por-correspondencia-cursos-a-distancia-se-popularizam-a-partir-da-decada-de-1940.htm#fotoNav=1> Acesso em: 13 jul. 2016.

VELASQUES, A. V. **Notas sobre el estado y las políticas públicas**. Bogotá: Almudena Editores, 1999.

VILAÇA, M. L. C. Educação a Distância e Tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história. **Revista Magistro**. v. 1, n.2, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1197/801> Acesso em: 13 jul. 2016.